

As potencialidades da economia solidária na redução das desigualdades de gênero

The potential of solidarity economy in the reduction of gender inequalities

Por Élen Cristiane Schneider
Mestranda em Sociologia (UFRGS)
Bolsista CAPES

Resumo:

O artigo em questão busca averiguar as possibilidades de haver, no âmbito dos grupos de economia solidária, elementos capazes de favorecer a superação das desigualdades de gênero. Conduz-se essa questão-chave por meio de um tripé analítico: a) a mulher-sujeito, que se constitui e se reconhece em suas práticas cotidianas; b) economia solidária como conceito e como forma de trabalhar; c) o retrato brasileiro da participação das mulheres na economia solidária e as possibilidades de redução das desigualdades de gênero na prática de um trabalho solidário. Respalda-se em pesquisa concluída no ano de 2008, que buscou inferir a contribuição da economia solidária para a redução das desigualdades de gênero, a partir de uma análise realizada aos empreendimentos formados por mulheres, utilizando um *corpus* de dados constituído pelo Primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil e por entrevistas realizadas na IV Plenária Nacional de Economia Solidária, com lideranças de diversos estados do país.

Palavras-chave: trabalho, economia solidaria, desigualdades de gênero.

Abstract:

This essay investigates the possibilities in groups of solidarity economy of the existence of elements capable of favoring the overcoming of gender inequalities. This key-issue is led by an analytical tripod: a) the woman-subject, who is a constituted and recognized in her daily practices; b) solidarity economy as a concept and as a way of working; c) the Brazilian portrait of women participation on solidarity economy and the possibilities of reducing gender inequalities in the practice of a solidarity work. This article is endorsed on a research concluded in 2008, which tried to infer the contribution of solidarity economy for reduction of gender inequalities since an analysis of enterprises formed by women, using an data *corpus* constituted by the *Primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil* and by interviews in the *IV Plenária Nacional de Economia Solidária*, with leaderships of many States of the country.

Keywords: Work. Solidarity Economy. Gender Inequalities.

O termo *mulher-sujeito*¹ preconiza uma abordagem das desigualdades de gênero não somente a partir da dominação masculina, mas de um sujeito que confere sentido às suas ações, independentemente do papel social que desempenhe, ou que determinem as *agências de socialização*. Portanto, um sujeito que deseja produzir sua experiência pessoal através do meio social e das relações sociais.

As mudanças que ocorreram nos últimos anos, no mercado de trabalho e no ambiente doméstico, alteraram o quadro que caracterizava a mulher como um sujeito de papéis limitados e fixos à reprodução e aos cuidados necessários com o ambiente privado, fortemente reproduzido no século XIX e até meados do XX no Brasil. A contemporaneidade revelou um novo sujeito social de múltiplas identidades: mulheres que extrapolam o ambiente privado, profissionais, geradoras de renda, mulheres que adquirem o poder de consumir e fazer parte da economia vigente.

¹ TOURAINE, Alain. *O mundo das mulheres*. Petrópolis: Vozes, 2007.

Porém, no cenário do mercado de trabalho, de forma ambivalente, a precarização do trabalho aumenta nos últimos anos as desigualdades salariais e de tempo disponível ao lazer e aos cuidados com a família emergem (re)configurados.² Esse processo gera uma dupla ou tripla divisão de papéis das mulheres que, apesar dos avanços, não conseguem dividir as tarefas de reprodução e domésticas de forma igualitária com os homens. As mulheres, dessa maneira, parecem entrar de forma mais intensa no jogo exploratório do capital.³ Somam-se a feminização da pobreza, as famílias monoparentais “chefiadas” por mulheres⁴ e a dificuldade/desigualdade simbólica no acesso a cargos de gerência e a atividades técnicas, entre outros fatores que são persistências das desigualdades na contemporaneidade.

As desigualdades complexificam-se no cenário contemporâneo do trabalho quando são consideradas a situação social, o gênero, a etnia, a classe e o ciclo de vida como condições para inserção no mercado de trabalho.

As condições contemporâneas do trabalho e emprego parecem muito contribuir para que as mulheres sejam as pessoas que recebem mais incentivos governamentais e de organizações da sociedade civil, com vistas à constituição de grupos de geração de trabalho e renda, superação da pobreza e desigualdades de gênero.⁵

Na análise a seguir, leva-se em conta que as mulheres historicamente têm fortalecido seu próprio processo de transformação social e de superação das desigualdades, mesmo em meio a dificuldades e obstáculos. Ao longo da história social, percebem-se muitas manifestações e tentativas de mudança, com o feminismo, os sindicatos, os movimentos sociais, clube de mães, pastorais comunitárias e demais movimentos femininos das igrejas e formas alternativas locais de geração de trabalho e renda. Os grupos de economia solidária, que surgem no Brasil no cenário de desigualdades do mercado de trabalho como uma alternativa, parecem apresentar alguns elementos que favorecem a construção de relações de gênero com mais equidade.

Economia solidária no Brasil: conceitos e cenários

Economia solidária enquanto conceito ambiciona tradução de um conjunto multiforme de experiências associativas de trabalho e geração de renda, realizados coletivamente por homens e mulheres, sob forma de autogestão.⁶ Assim, também, é denominada, em outros termos, para caracterizar as práticas e experiências analisadas de trabalho solidário, realizadas dentro e fora do Brasil, tais como: *socioeconomia solidária*,⁷ *economia social*,⁸ *economia do trabalho*,⁹ *economia popular solidária*,¹⁰ *empresas autogestionárias*, *empresa social*,¹¹ dentre outros.

² HIRATA, Helena, SEGNINI, Liliana (Org.). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo, SENAC, 2007; BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; UNBEHAUM, Sandra. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: UNIFEM. Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. *O Progresso das Mulheres no Brasil*. Brasília: UNIFEM/FORD Foundation/CEPIA, 2006.

³ ANTUNES, Ricardo. *Adens ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000; NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *O trabalho duplicado: a divisão sexual do trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

⁴ HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?* Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

⁵ Como as iniciativas de assessoria a movimentos de mulheres, protagonizadas pela Marcha Mundial das Mulheres (SOF – Sempre viva organização feminista) e as políticas públicas governamentais desenvolvidas pela

Secretaria de Políticas para as Mulheres e pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário.

⁶ A essência da prática social da autogestão está fundada na repartição do poder. A autogestão na economia solidária afirma-se como um modo de agir coletivo. ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 24b-25a.

⁷ ARRUDA, Marcos. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

⁸ LAVILLE, J. L. Economia social. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

⁹ CORAGGIO, J. L. Economia do trabalho. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

¹⁰ TIRIBA, Lia. Economia popular solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

¹¹ LISBOA, A. Solidariedade. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

O termo utilizado para identificação das experiências, no caso brasileiro, geralmente é o de *economia solidária*,¹² tendo por unidades os *empreendimentos econômicos solidários* (EES).¹³

Conforme aponta Gaiger, nos empreendimentos solidários geralmente há uma combinação de características que podem estar presentes em maior ou menor grau: autogestão, participação, cooperação, democracia, viabilidade, responsabilidade social, igualdade, além da prioridade com o desenvolvimento humano das sócias e dos sócios. Haveria nos empreendimentos um “caráter multifuncional”;¹⁴ uma propensão a atuar simultaneamente na esfera econômica, social e política e agir concretamente no campo econômico, ao mesmo tempo em que interpelam as estruturas dominantes.

Ainda nos anos de 1980, não se falava em *economia solidária* no Brasil. Não se usava, da mesma forma, dizer *experiência de geração de renda*, esse é um termo dos anos 1990.¹⁵ Entretanto, em meados de 1985, já existiam no país projetos alternativos que se assemelhavam ao que hoje é chamado de economia solidária. Estes geralmente tinham o caráter de iniciativas locais de combate à pobreza e ao desemprego.

É possível destacar entre as iniciativas que dão origem ao campo da economia solidária no Brasil os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), através da Caritas; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o empenho em construir cooperativas agropecuárias nos assentamentos; a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG) impulsionando a criação de empresas autogeridas, entre outras. No caso das mulheres,

tem significância a criação de padarias comunitárias, clubes de mães e projetos comunitários impulsionados por igrejas e movimentos camponeses.

Atualmente, percebem-se avanços concretos na institucionalização do movimento de economia solidária no Brasil, fruto de organização da sociedade civil.¹⁶ A criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que integra o Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) desde 2003; a realização do I Mapeamento Nacional de Economia solidária (SIES 2005-2007) e a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CONAES) demarcam esse avanço. Constitui-se, assim, um trabalho de formalização da identidade da economia solidária de importante contribuição para seu desenvolvimento.¹⁷

Atualmente, com maior número de grupos de trabalho e produção consolidados e capazes de gerar sua própria sobrevivência, as alternativas teriam a possibilidade de romper com a lógica de organização empresarial típica em principalmente dois aspectos: a) eliminar a divisão entre pessoas trabalhadoras e os meios de produção e entre produção e apropriação dos frutos do trabalho; b) buscar a percepção e inclusão de outras esferas econômicas além da *mercantil* (princípio de oferta e demanda), como a economia doméstica e as trocas não-monetárias que têm na sua essência a reciprocidade.

Identificaram-se até o ano de 2007, através do mapeamento nacional de economia solidária, cerca de um milhão e setecentas pessoas sócias de empreendimentos, integrando Grupos Informais (36,5%), Associações (51,8%) e Cooperativas (9,7%) entre outras formas. A maior concentração de EES está nos grupos formados por menos pessoas (20,7% dos empreendimentos possuem de

¹² SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002; GAIGER, Luiz I. G. (Org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

¹³ GAIGER, Luiz I. G. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

¹⁴ GAIGER, 2003.

¹⁵ GAIGER, Luiz I. G. (Org.). Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 169.

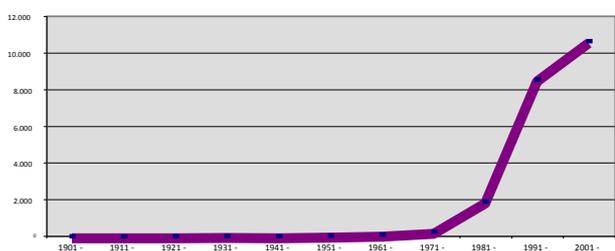
¹⁶ Criada por lei e instalada em 26 de junho de 2003, no governo do Presidente Lula, a pedido do até então Grupo de Trabalho de Economia Solidária do Fórum Social Mundial 2001 (em que ocorreu também a II Plenária Nacional de Economia Solidária e a criação do FBES).

¹⁷ SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

6 a 15 participantes, 23,9% de 16 a 30 pessoas e 23,6% 31 até 65 pessoas).

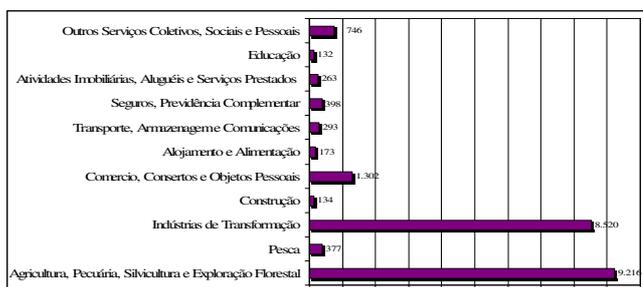
Foram identificados EES em todas as regiões do país, com maior concentração na região Nordeste (43,5%) e Sudeste (17,9%), seguidos pela região Sul (16,4%), Norte (12,1) e, por último, Centro-Oeste (10,1%). O número de empreendimentos criados (e mantidos) vem crescendo de forma mais acelerada nos últimos anos, conforme se pode constatar no gráfico que segue:

Gráfico 1: Número de EES por ano de fundação



Os tipos de produção e atividades que realizam os empreendimentos são de grande diversidade. Existem empreendimentos inclusive de pesquisa, de serviços domésticos, fabricação de material eletrônico, entre outros. Porém, há índices predominantes, como se pode visualizar no gráfico segundo as atividades desenvolvidas pelos EES, por seções da CNAE:¹⁸

Gráfico 2: Distribuição de EES por Principais tipos de Atividades (segundo seções da CNAE)



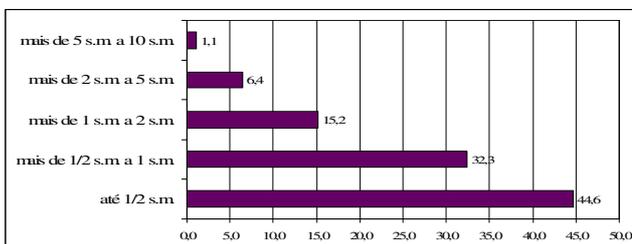
¹⁸ A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) é uma classificação usada com o objetivo de padronizar os códigos de identificação das unidades produtivas do país nos cadastros e registros da administração pública nas três esferas de governo.

A forma de comercialização realizada pelos grupos se constitui principalmente de forma direta ao consumidor. Dos empreendimentos mapeados, 67% deles alegam realizar esta comercialização face a face. Fato que pode demarcar uma forma de “concorrência desleal” frente às grandes empresas, mais infraestruturadas. Outro aspecto dificultoso é o de os produtos não estarem acessíveis em espaços de comercialização culturalmente frequentados, como no caso dos supermercados, embora este possa ser um diferencial, que, inclusive é pautado pelos idealizadores do *consumo consciente e solidário*.

Segundo Mance, “consumo solidário”, é quando se dá preferência aos produtos e serviços da economia solidária ao invés de consumir produtos de empresas que exploram os trabalhadores e degradam os ecossistemas.¹⁹ Há algumas iniciativas de criação de moeda própria para determinados grupos, que constituem um “clube de trocas”, ou formam redes de EES, para adquirirem matéria prima de outros EES, criando as chamadas *cadeias produtivas*.²⁰

Outra dificuldade decorrente da de produzir e comercializar em grande escala são os rendimentos mensais obtidos pelos sócios e pelas sócias, que podem ser considerados insuficientes. Alguns empreendimentos mapeados alegam, inclusive, ainda não conseguir obter sobras para a remuneração de todos (as).

Gráfico 3: Média do valor de remuneração mensal dos sócios e das sócias



¹⁹ MANCE, E. A. Consumo solidário. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 45.

²⁰ Para ler mais sobre os temas “consumo consciente”, “moeda social ou solidária” e “cadeias produtivas”, indica-se CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

Há, entretanto, um dado auferido que pode anunciar o caráter inovador na economia solidária em relação às empresas privadas, por exemplo. Para além de *responsabilidade social*, os EES vêm participando em grande quantidade de movimentos sociais e redes na comunidade, articulando-se em cooperação.

Segundo apontam explorações no mapeamento, um total de 45,7% de empreendimentos participa de fóruns ou redes de articulação; 57,7% de empreendimentos têm alguma relação ou participam de movimentos sociais e populares; 56,8% desenvolvem alguma ação social ou comunitária; ainda 60,1% dos empreendimentos desenvolvem alguma iniciativa em vista à qualidade de vida dos consumidores de seus produtos. Presença pública em que se destacam as mulheres, e fato que merece, portanto, aprofundamento, feito a seguir, a partir de dados específicos, extrapolados para uma análise específica, que intenta demonstrar essa presença e suas características.

Retrato da presença das mulheres na economia solidária

Muitas das experiências de economia solidária identificadas são animadas por mulheres e destinadas às mulheres. Em face à delicada conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, de responsabilidades materiais crescentes, das dificuldades de acesso à propriedade e ao crédito, as mulheres muito frequentemente são as primeiras a se auto-organizarem ou receberem incentivos para organização nas comunidades em que vivem.²¹

Dados extraídos na análise do mapeamento apontam que, quando se tratam de grupos especificamente formados por mulheres (3.672 EES – 68%), esses representam um percentual de valor dobrado em relação aos compostos somente por homens (1.728 EES – 32%). A análise detalhada aos dados do mapeamento, criando subconjuntos de empreendimentos exclusivamente de homens e exclusivamente de mulheres, e os

manipulando, esboçou o retrato empírico da participação das mulheres como segue:

a) Perfil demográfico da participação das mulheres no mapeamento nacional de economia solidária

Os grupos formados exclusivamente por mulheres correspondem a 16,8% (3.672) do total dos mapeados no Brasil (21.855). De um subconjunto de empreendimentos mapeados formados exclusivamente por homens e exclusivamente por mulheres (5.400),²² correspondem a 68%.

A distribuição por região do país caracteriza-se por uma maior presença na região Nordeste (43,5%), seguido pelas regiões Sudeste (16,4%), Norte (12,1%) e Centro-Oeste (10,1%). São em maioria *grupos informais*, entre as outras categorias mapeadas, que *associações* e *cooperativas*, localizando-se principalmente na área urbana, característica que é própria dos EES formados por mulheres, levando-se em conta que o total dos empreendimentos mapeados (21.855) estão predominantemente na *área rural* e são maioria *associações* (51,8%).

Os dois principais tipos de produção realizados, tendo como base as atividades econômicas da CNAE, são na área de fabricação de produtos têxteis (1.448 EES), alimentícios (442 EES) e artesanato ou produtos em madeira (407 EES). Em relação à base geral, pode-se constatar que os empreendimentos exclusivamente de mulheres não são consideravelmente representativos na produção agrícola e pecuária. Nesse subconjunto, representa poucos pontos percentuais, mas na base de referência é o maior índice de produção.

b) Emergência e motivo da criação

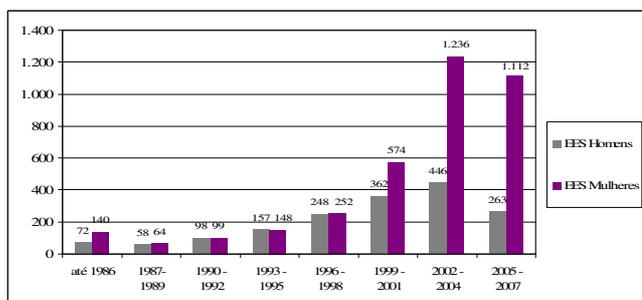
Pode-se dizer que há uma tendência de aumento da criação de grupos formados exclusivamente por mulheres, em especial após o ano de 1999. Fato que merece uma atenção especial

²¹ GUÉRIN, Isabelle. *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo: Loyola, 2005.

²² Além do critério de seleção de grupos em que participavam exclusivamente mulheres ou exclusivamente homens, considerou-se apenas EES que possuíam pelo menos uma pessoa sócio-trabalhadora.

e gera inclusive questões para análise em estudos quantitativos, como: *que tipo de incentivo está havendo para criação de grupos de mulheres? Em que contexto eles se formam? O que produzem e em que condições operam?* Veja-se no gráfico comparativo entre os subconjuntos:

Gráfico 4: Comparativo dos anos de criação de EES somente de homens e somente de mulheres²³



Quanto ao motivo da criação, os dados revelam que se considera, em 47,9%, como uma “alternativa ao desemprego” e, em 21,5%, como uma fonte complementar de renda. Esses dados acompanham os da base de referência. Como aprofundamento, as entrevistas complementam esta perspectiva motivacional da criação e da participação das mulheres nos grupos.

c) Participação nas decisões: autogestão

Os empreendimentos que alegam realizar assembleia ou reunião do coletivo, como instância de direção ou coordenação do empreendimento, totalizam 60,3%. Outros 35,6% realizam as decisões por meio de conselho diretor, sendo que, de todos, 44,6% possuem grupos de trabalho, comissões ou núcleos como instâncias de

coordenação. As assembleias parecem ser realizadas com regularidade, segundo informado: 40,8% realizam assembleias mensais e 31,6% semanais ou quinzenais. Contudo, 92,4% dos grupos alegaram não decidirem sobre contratações e remunerações em assembleias gerais ou reuniões do coletivo de sócias.

Entretanto, 76,6% dos empreendimentos afirmaram haver participação de todas as sócias nas decisões cotidianas do empreendimento. Apenas 2,5% dos grupos declararam não existir mecanismos de participação de sócias nas decisões.

d) Envolvimento na comunidade e movimentos

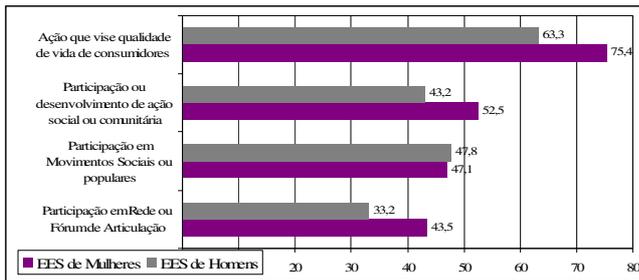
Questionados sobre participação em redes ou fóruns de articulação, 43,5% dos EES de mulheres responderam *sim*, enquanto 33,2% dos de homens. Fato que demonstra que a participação dos grupos de mulheres é maior.

A participação em movimentos sociais e populares ficou em 47,1% e 47,8%, única porcentagem em que os EES de homens ficam à frente. Ainda ao responder “sim” sobre a participação ou desenvolvimento de alguma ação social ou comunitária, temos o dado de 52,5% de mulheres e 43,2% os de homens. Por último, se o empreendimento desenvolve alguma iniciativa que vise à qualidade de vida de seus consumidores, 75,4% e 63,3% nos empreendimentos de mulheres e de homens, respectivamente, foi a resposta.

Examinando esse dado, somado ao de números de EES que desenvolvem essas iniciativas, apreende-se que os empreendimentos especificamente de mulheres parecem estar mais engajados com a comunidade e com a qualidade de vida daqueles e daquelas que consomem seus produtos. Veja-se o gráfico:

²³ O período de 2005-2007 não contempla todos os EES que surgiram nesse porque do mapeamento ter sido realizado antes do término do ano de 2007. O Mapeamento envolveu diversos atores da economia solidária no Brasil para sua realização, tanto pessoas participantes de empreendimentos, quanto governo e universidades. Gerou o Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES), com características de mais de 22.000 empreendimentos de economia solidária no país. Teve início em 2003, com término em 2005 e aperfeiçoamento em 2007. Um novo mapeamento está sendo realizado atualmente, com término e divulgação previstos para 2011. Neste trabalho, os dados apresentados foram extraídos da base e analisados pela autora, utilizando o programa SPSS.

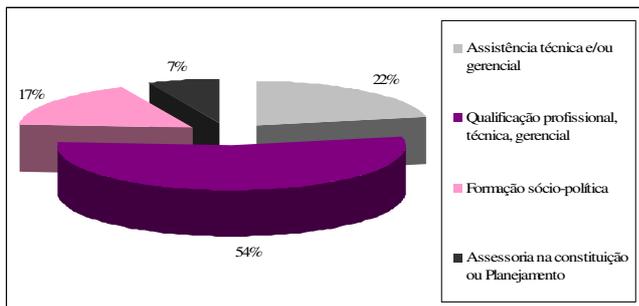
Gráfico 5: Comparativo da participação e envolvimento na comunidade dos EES de mulheres e homens



e) *Apoio e fomento*

As formas de apoio que os EES recebem – 73% dos EES recebem algum tipo de apoio – é dispensado especialmente à formação e qualificação profissional. Os órgãos que mais invertem estão entre ONG’s e instituições religiosas.

Gráfico 6: Principais tipos de apoio que recebeu o EES formado somente por mulheres

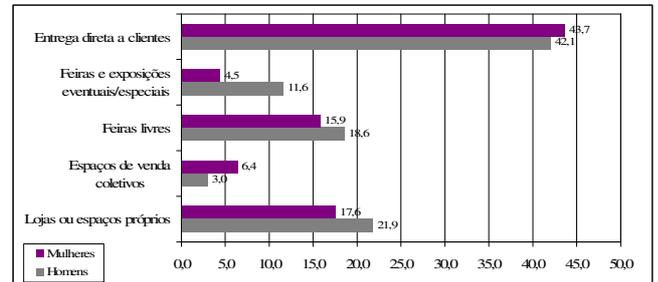


f) *Mercado, produção e comercialização*

Tanto os empreendimentos formados por mulheres quanto os por homens possuem como principal modo de comercialização dos seus produtos a venda direta aos consumidores. Nos empreendimentos formados por mulheres, esse dado eleva-se a 90,1%, ou seja, 3.100 empreendimentos realizam essa forma de comercialização, principalmente dentro da sua comunidade, município e microrregião. Apenas 115 empreendimentos comercializam em todo o seu Estado, 50 no País e apenas 15 exportam. A entrega do produto também é 42,1% feita diretamente a clientes, 21,9 % em lojas ou espaços próprios e 18,6% em participações de feiras livres. O caso dos empreendimentos formados por

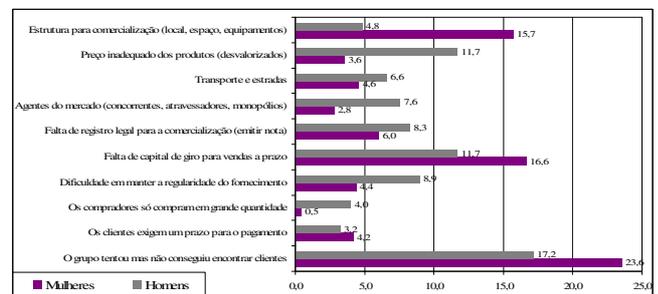
homens é muito semelhante, embora o número de EES seja consideravelmente menor.

Gráfico 7: Principais espaços de comercialização dos produtos e serviços dos EES



As mulheres apontam como principal dificuldade a falta de estrutura ou de locais para a comercialização. Fator que pode estar diretamente ligado ao fato de empreendimentos formados exclusivamente por mulheres estarem, em sua maioria, nos espaços urbanos, onde há mais dificuldade de adquirir e manter locais próprios. Ilustra-se essa análise com o gráfico a seguir.

Gráfico 8: Principais dificuldades dos EES na comercialização de produtos ou serviços



g) *Remuneração e garantias*

Dos 3.402 empreendimentos que alegam obter resultados da atividade econômica, 44,5% informaram que o resultado econômico mensal permitiu pagar as despesas e obter sobras excedentes (sem contar as doações de recursos); 33% informaram conseguir pagar as despesas sem sobras e 11,7% não conseguiram pagar as despesas. Os empreendimentos que não estão conseguindo remunerar correspondem a 20,7% do total dos grupos mapeados. Aqueles que alegam ter rendimento mensal individual de até ½ salário mínimo correspondem a 45,7% dos que

conseguem remunerar e 17,4% tem rendimento mensal de até um salário mínimo.

Mais da metade dos empreendimentos remunera por produto ou produtividade as sócias (66,9%) e apenas 3,7% remuneram por horas trabalhadas.

O que é feito através do rendimento mensal com a venda dos produtos ou serviços, individualmente ou no coletivo, é outra diferença que cabe ser apontada. Os empreendimentos de mulheres investem mais em “qualificação social e profissional” como “benefício e garantia para as sócias e sócios”. Responderam ‘sim’ 16,5% dos EES de mulheres e 9% dos EES com participação unicamente de homens.

Dos depoimentos às primeiras conclusões

Nos depoimentos coletados na IV Plenária Nacional de Economia Solidária, percebe-se mais profundamente as motivações das mulheres para a participação dos empreendimentos de economia solidária. Os discursos das lideranças (que já possuem um papel condutor perante os grupos que representam) são bons guias de análise. Também abrem perspectivas futuras de análise, de comparação com a perspectiva das pessoas que estão mais ativamente no cotidiano dos empreendimentos do que em saídas a fóruns, redes e eventos externos.

Em síntese,²⁴ percebe-se através dos dezoito depoimentos que as mulheres que participam destes empreendimentos parecem gradualmente estar apoderando-se da sensação de ainda controlar as suas escolhas e estão conscientes que as suas dificuldades, e a sua discriminação, está longe de ser a única entre as de outras mulheres.

Identificam-se, frequentemente, verbos e frases como: “*ser capaz de dizer não*”, “*ter coragem*” “*enfrentar*”, entre outros, quando se referem à relação família *vs.* trabalho. Insistem em sua capacidade de agir “*por si*” ou “*pelo grupo*”, ou ainda “*pela comunidade*”. Praticamente todas suas definições de trabalho e de mudanças aparecem ligadas às outras mulheres, ao grupo, às colegas de trabalho.

A definição de *trabalho* na economia solidária, nas entrevistas, é a de existência de espaços coletivos que estão combinando produção-comercialização com trocas de experiências, de objetos materiais, solidariedade e alívio das preocupações e dificuldades pessoais e cotidianas.

As mulheres mostram-se preocupadas com a forma que desenvolvem suas atividades. Demonstram desejar que os espaços de trabalho sejam lugares nos quais possam “exercer seus direitos”, que tenham “tempo” de cuidar da saúde e também de sua família – um pensamento ainda muito presente: a responsabilidade pelo cuidado da família – e principalmente que possam trabalhar sem abrir mão do seu “desenvolvimento humano”.

Nos empreendimentos, segundo as lideranças, embala-se um ideal de (re)significação da noção de trabalho. Nos depoimentos a definição está aliada à reflexão de que “o trabalho precisa ser diferente do que na economia vigente”. “Alternativo”, “mais humano”, “sem escravidão”, “onde se é dono(a), patrão(a)”. Mas percebe-se, também, a percepção de que este carece de oferecer direitos e garantias, que por enquanto parecem “improvisados” pelos grupos, na medida em que vai havendo a necessidade das pessoas participantes.

Os locais (físicos) de trabalho são narrados como sendo espaços de socialização, que não têm fronteiras claras demarcadas entre cotidiano privado e público. Esta ideia está presente em praticamente todas as pessoas ouvidas, principalmente nos depoimentos das mulheres, que pertencem a grupos exclusivamente de mulheres.

As mulheres demonstram perceber que ainda estão em uma situação de desigualdades; porém, partilham-na com o grupo. E, em grupo, parecem encontrar soluções de enfrentamento da situação.

²⁴ A análise detalhada das entrevistas pode ser consultada em SCHNEIDER, Élen C. *Matrizes femininas na contemporaneidade: desigualdades de gênero no mercado de trabalho e a economia solidária*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Unisinos, São Leopoldo, 2008. p. 80-92. As entrevistas foram realizadas em março do ano de 2008, no âmbito de estudos do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, do PPG de Ciências Sociais da Unisinos, pelo Prof. Dr. Luiz Inácio Gaiger, por Maíra Barbosa e pela autora.

No cotidiano “dizem não”, “se manifestam”, “propõem mudanças”. Para as situações mais difíceis de enfrentar, parecem descobrir alternativas que lhes permitam não abrir mão do seu desejo, mas, também, sem deixar de atender as vontades da família ou do companheiro/esposo.

Tecendo possibilidades

A economia solidária parece oferecer para as mulheres, principalmente para as mais pobres,²⁵ uma alternativa para esse “nó das desigualdades”.²⁶ Entende-se dessa forma que principalmente dois aspectos constatados na pesquisa podem contribuir se não para uma redução das desigualdades, para uma possibilidade em construção.

O primeiro trata-se de que a economia solidária parece ter consigo uma proposta de superar as fronteiras usuais entre privado-doméstico e público, entre monetário e não-monetário, ou seja, a criação de espaços que parecem ser intermediários.

O depoimento das pessoas entrevistadas mostra essa possibilidade de tematização e discussão daquilo que aparenta, para elas, ser desigual. Juntas as mulheres parecem buscar as mudanças possíveis de serem feitas no seu cotidiano e nos seus espaços de trabalho, buscando conciliá-los, dividindo essa tentativa com o grupo. O trabalho solidário parece apresentar-se com mais perspectivas em relação ao do mercado de trabalho, no qual persiste uma crescente precarização do trabalho, aumentando a “pobreza feminina”. Percebe-se essa possibilidade da economia solidária para além dos dados evidenciados e da construção teórica existente, mas, especialmente, através depoimentos das pessoas nas entrevistas: *carregados de esperança*.

O segundo aspecto, que está intimamente ligado ao primeiro, e que não se evidencia exclusivamente no cenário da economia solidária. É

o que de fato as mulheres gradualmente vêm afirmando-se capazes de apresentar suas ideias, combater os preconceitos de etnia e de gênero dispensados a elas e de reivindicar seus direitos. Na economia solidária, no feminismo, no movimento das mulheres, ou mesmo em conselhos, fóruns, redes, elas têm construído mudanças em grupos de mulheres organizadas. A economia solidária mostra-se também como um desses espaços.

Porém, ao chegarem aos espaços mistos do movimento mais amplo, as mulheres ainda percebem-se em dificuldades e barreiras para que suas ideias e propostas sejam consideradas válidas, como pôde ser apreendido nas entrevistas e no exemplo da IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Olhando mais para o plano micro dos grupos de trabalho, o cotidiano aparece possível de ser dialogado. Há possibilidade, com mais ou menos dificuldade, dependendo do nível de autogestão e democracia, de se colocar em debate as desigualdades existentes dentro do próprio empreendimento.

No nível mais analítico, ressalta-se, por fim, que nos estudos dos grupos de mulheres faz-se necessário, segundo Guérin, atentar-se para a complexidade dos comportamentos pessoais e para “a multiplicidade dos móveis de ação e seu caráter evolutivo, às vezes contraditório e conflituoso”.²⁷ A análise da vivência das mulheres pode revelar como a articulação entre autonomia e pertencimento social é sutil – e frequentemente incômoda. Segundo a autora, se “o si abstrato e emancipado”, não parece ter uma completa existência real, o mesmo ocorre com “o si aprisionado em sua comunidade de pertencimento”.²⁸

Para que se analise o êxito das experiências de economia solidária, os critérios devem ser gradualistas e inclusivos. Se adotarmos como um critério de avaliação das alternativas não capitalistas a transformação radical da sociedade em um curto prazo, procedendo a suplementar o capitalismo,

²⁵ Mesmo que o objetivo da economia solidária não seja o de incluir somente as camadas mais pobres, mas sim proporcionar a elaboração de um trabalho diferenciado.

²⁶ SAFFIOTTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 130. A expressão *nó* é criada por Saffiotti para dar conta da realidade da fusão patriarcado-racismo-capitalismo.

²⁷ GUÉRIN 2005, p. 212.

²⁸ GUÉRIN 2005, p. 212.

então nenhuma das alternativas pode ser proveitosa.²⁹

Sem dúvida, a viabilidade das experiências de economia solidária, pelo menos a curto e médio prazo, depende em parte da sua capacidade de sobreviver no contexto do domínio do capitalismo.³⁰ No entanto, a viabilidade não significa uma aceitação do que existe.

[Recebido em: outubro 2010 e
aceito em: outubro 2010]

²⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 72.

³⁰ SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005, p. 25.